

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH
CNPJ 23.453.830/0001-70

Balancão Patrimonial dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - Em R\$			
	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante		57.211.390	55.120.433
Caixa e equivalentes de caixa	3a e 4	11.833.796	16.195.264
Contas a receber	5	40.366.542	35.766.879
Estoques	3b	2.710.425	2.415.820
Outros créditos		2.253.853	657.127
Despesas antecipadas		46.774	85.343
Não Circulante		31.878.804	33.106.948
Realizável a Longo Prazo		21.425.657	17.346.615
Créditos a receber		581.703	581.703
Depósito judicial		8.183	8.183
Outros créditos	3g 6 e 12	20.835.771	16.756.729
Imobilizado		10.453.147	15.760.333
Imobilizado - próprio	3c e 7	6.721.943	8.866.245
Intangível - próprio	3d e 8	892.673	1.175.450
Imobilizado - gestão pública	3c e 7	2.829.731	5.704.643
Intangível - gestão pública	3d e 8	8.800	13.995
Total do Ativo		89.090.194	88.227.381

As Notas Explicativas é parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 - Em R\$

1. Contexto Operacional: O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, denominado de INDSH, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que atende um público de aproximadamente 61.500 pessoas no município de Pedro Leopoldo, região metropolitana de Belo Horizonte. Possui serviços de obstetrícia e ginecologia, traumatismo-ortopedia, centro cirúrgico equipado para média complexidade, berçário, pediatria, oftalmologia, ambulatório e um pronto atendimento regional de 24 horas. A principal receita do hospital é obtida com o atendimento dos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde e por contratos de gestão em suas 7 filiais, atendendo, nesse caso um público potencial de aproximadamente de 1.700.000 de pessoas. É considerado de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 67.916, publicado no DOU em 22.11.1970, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 5.341/1969, declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 4.146/Portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, renovado em 2015 através da Portaria SAS - MS nº 1.347 de 23.12.2015, para o triênio 1º janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, em 08.12.2017 protocolamos o requerimento para renovação do triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, sendo deferido pela portaria nº 78 de 18.01.2018, Ministério da Saúde. A finalidade principal do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, é prestar serviços de Administração Hospitalar, assessoria e/ou consultoria técnica, diagnóstico organizacional ou a administração própria, de terceiros, públicos ou privados. O INDSH objetiva levar saúde às comunidades, desenvolver pesquisas, prestar assistência social e de serviços médicos, promover atividades para o desenvolvimento do ser humano e sua integração social, promover jornadas na área da saúde e desenvolver atividades educacionais, culturais e na preservação do patrimônio histórico e cultural. **a) Informações gerais:** Baseado nas Legislações do GM/MS Portaria nº 1.970/2011, Lei nº 12.101/2012, Decreto nº 8.242/2014 o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH deve ofertar e comprovar no mínimo, 60% de seus serviços ao SUS, com base nas intenações hospitalares e nos atendimentos/procedimentos ambulatoriais realizados e registrados nos sistemas de informação do SUS. Podendo incorporar no máximo 10% dos serviços prestados ao SUS por força de Contrato de Gestão. O Instituto no período de janeiro a dezembro de 2017, conforme cálculo demonstrado abaixo obteve o índice de 77,37%, não sendo necessário utilizar os atendimentos do contrato de gestão. Os dados foram obtidos pelos sistemas SIA/SUS-SIH/SUS-CIHA/SUS.

Cálculo SUS 2017

	SUS	Não SUS	Total
Hospital Pedro Leopoldo Paciente Dia	3.736	1.093	4.829
Percentual SUS Paciente - dia	77,37%		

b) Matriz e filiais/contratos de gestão: O INDSH manteve em 2017, as seguintes unidades: **Hospital e Maternidade Dr. Eugênio Gomes de Carvalho** - CNPJ 23.453.830/0001-70 - Rua Dr. Cristiano Ottoni, 233 - Centro - Pedro Leopoldo/MG - CEP 33600-000 - De: 26/06/1967 - 45 leitos - Atendimento de baixa e média complexidade. **Hospital Regional do Marajó** - CNPJ 23.453.830/0004-12 - Av. Rio Branco, S/N - Centro - Breves /PA - CEP 68800-000 - 70 leitos - Atendimento de alta e média complexidade. **Sede Administrativa** - CNPJ 23.453.830/0005-01 - Av. Marquês de São Vicente, 576 - GJ 1901 - Barra Funda - São Paulo/SP - CEP 01139-000. **Hospital Geral de Taubaté** - CNPJ 23.453.830/0007-65 - Av. Florianópolis, s/n - Bairro Novo - Taubaté/PA - CEP 68695-000 - Contrato de gestão de: 07/07/2013 - 51 leitos - Atendimento de média e baixa complexidade. **Hospital Regional Público de Itacaramba Leste do Para** - CNPJ 23.453.830/0009-27 - Rua Adelaide Bernardes, s/n - Nova Conquista - Paragominas/PA - CEP 68627-452 - Contrato de gestão de: 26/05/2014 - 70 leitos - Alta e média complexidade. **Unidade De Pronto Atendimento - UPA Porte II** - CNPJ 23.453.830/0010-60 - Rua Nicolau Kluppel Neto, s/n - Contorno - Ponta Grossa/PR - CEP 84061-000 - Contrato de gestão de: 07/07/2014 - Atendimento de urgência e emergência. **Hospital Municipal de Araucária** - CNPJ 23.453.830/0011-41 - Rua Rosália Wzorek, 77 - Jardim Sabia - Araucária/PR - CEP 83708-000 - Contrato de gestão de: 11/11/2014 - 110 leitos - Baixa e média complexidade. **Hospital Jean Bitar** - CNPJ 23.453.830/0015-75 - Rua Conego Jerônimo Pimentel, 543 - Umarizal - Belém /PA - CEP 66055-000 - Contrato de gestão de: 10/03/2016 - 70 leitos - Alta e média complexidade. **Unacon do Hospital Regional de Tucuruí** - CNPJ 23.453.830/0013-03 - Av. Amazonas, s/n - Vila Permanente - Tucuruí/PA - CEP 68455-664. Contrato de gestão de: 10/03/2016 - Tem o objetivo de disponibilizar exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico a usuários do SUS para tratamento de pacientes portadores de câncer. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis 6.404/76, 11.638/2007 e 11.941/2009, com os pronunciamentos e suas respectivas interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que, incluídas na legislação brasileira, são denominadas práticas adotadas no Brasil, assim como a Resolução 1.409/2012, que aprovou a NBC ITG 2002 (1), que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, a lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuição para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros. O sumário das principais práticas adotadas na preparação das demonstrações contábeis são: **a) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **b) Moeda funcional:** Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, estoques e provisão para contingências. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** **a) Caixa e equivalente de caixa:** São representados por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado. **c) Ativo imobilizado próprio e gestão pública:** Os imobilizados são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, sendo

calculado pelo método linear e leva em conta o período de vida útil e econômica do bem. **d) Ativo intangível próprio e gestão pública:** Os intangíveis refletem os custos com direitos de uso de software e estão sendo amortizados a taxa linear. **e) Ajuste do resultado do exercício:** As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **f) Provisão para férias e encargos:** Estão provisionadas integralmente pela parte vencida e proporcional a vencer, inclusive com os respectivos encargos sociais até a data do balanço. **g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade. Os passivos são reconhecidos quando a Entidade possui a obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Referidos ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos doze meses. **h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2017 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **i) Patrimônio líquido:** O Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos resultados apurados e incorporados anualmente, pois, não tem capital social, devido a sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2017	2016
Caixas	9.191	6.853
Banco conta movimento	1.294.342	4.798.868
Depósito bancário com restrição	5.968	105.605
Aplicações financeiras de liquidez imediata	10.524.295	11.283.938
	11.833.796	16.195.264

5. Contas Receber: Referem-se a contas a receber de particulares e

7. Imobilizado

Aparelhos Med. e Cir.	Benef. torias	Eq. Infor- mática	Insta- lações	Instru- mentos de Cirurgia	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utensílios Hosp.	Veículos	Obras em Andamento	Total
Valor líquido contábil	2.437.327	57.028	469.937	3.998.259	56.608	553.589	1.248.968	603.654	60.754	30.272
Saldo inicial	2.437.327	57.028	469.937	3.998.259	56.608	553.589	1.248.968	603.654	60.754	30.272
Adições	38.519	-	29.588	-	3.280	17.268	50.000	20.309	560	107.125
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação Saldo em 31/12/2016	(331.148)	(57.028)	(172.639)	(205.834)	(13.744)	(38.313)	(47.493)	(34.844)	(6.897)	(8.860)
Saldo em 31/12/2017	2.144.698	-	326.886	3.792.425	46.144	532.544	1.251.475	589.119	54.417	21.412
Saldo inicial	2.144.698	-	326.886	3.792.425	46.144	532.544	1.251.475	589.119	54.417	21.412
Adições	6.572	108.050	75.297	-	13.122	13.398	13.116	46.014	2.259	107.125
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(25.927)	-	(214.250)
Depreciação Saldo em 31/12/2016	-	-	(42.986)	-	-	(231.555)	(1.012.379)	(109.308)	-	(1.396.227)
Depreciação Saldo em 31/12/2017	(334.321)	(31.515)	(136.500)	(205.833)	(15.767)	(39.330)	(47.762)	(65.709)	(7.252)	(8.860)
Saldo em 31/12/2017	1.816.949	76.534	222.697	3.586.592	43.499	275.057	204.450	434.189	49.424	12.552

8. Intangível

Software	Direito de Uso	Total
20%	20%	
Valor líquido contábil	199.711	199.711
Saldo inicial	199.711	199.711
Adições	203.068	1.167.237
Baixas	-	-
Depreciação Saldo em 31/12/2016	(33.315)	(158.183)
Saldo em 31/12/2017	369.464	805.987
Saldo inicial	369.464	805.987
Adições	-	7.880
Baixas	-	(7.880)
Baixas (Contingência)	-	(963)
Depreciação ajustada Saldo em 31/12/2017	(26.529)	(287.244)
Saldo em 31/12/2017	342.935	549.738

9. Fornecedores

Descrição	2017	2016
Materiais e medicamentos	2.608.870	2.189.958
Serviços	2.658.014	2.076.897
Serviços médicos	9.863.128	8.759.659
Diversos	181.125	181.125
	15.311.077	13.026.514

10. Obrigações Trabalhistas

Descrição	2017	2016
Ordenados e salários a pagar	3.923.953	3.530.424
Provisão férias	5.767.434	5.241.855
Provisão PIS s/ferias	-	52.405
Provisões FGTS s/ferias	460.425	419.021
	10.151.812	9.243.705

11. Receitas Diferidas: Valor referente entrada do Imobilizado com o contrato de gestão dos hospitais, sendo: Imobilizado no valor de 15.762.005 e o Intangível no valor de 104.483 (-) Depreciação Acu-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Fintos em 2017 e 2016 - Em R\$				
Descrição	Patrimônio Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Superávit Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	18.850.684	2.399.052	3.952.426	25.202.162
Incorporação ao Patrimônio Social	3.952.426	-	(3.952.426)	-
Custo Atribuído Imóvel	104.686	(104.686)	-	-
Ajuste exercício anterior	-	-	(259.957)	(259.957)
Superávit do período	-	-	9.900.707	9.900.707
Em 31 de dezembro de 2016	22.907.796	2.294.366	9.640.750	34.842.912
Incorporação ao Patrimônio Social	9.640.750	-	(9.640.750)	-
Custo Atribuído Imóvel	104.686	(104.686)	-	-
Ajuste exercício anterior (Nota 15)	-	-	(147.045)	(147.045)
Superávit do período	-	-	750.104	750.104
Em 31 de dezembro de 2017	32.506.187	2.189.680	750.104	35.445.971

Demonstração do Resultado dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - Em R\$

Descrição	Nota	2017	2016
Receitas		198.897.636	203.165.093
Serviços prestados pacientes SUS		193.208.366	193.180.746
Serviços prestados convênios e particulares		3.058.860	2.914.315
Doações e subvenções	16	2.191.030	2.237.580
Outras receitas		2.137.882	4.866.030
(-) Glosas		(1.698.502)	(3.578)
Despesas		(198.860.320)	(193.798.288)
Pessoal e encargos		(73.054.727)	(69.956.343)
Serviços de terceiros		(90.814.014)	(89.494.124)
Materiais e medicamentos		(21.484.048)	(21.330.342)
Impostos, taxas e contribuições		(360.533)	(230.513)
Depreciação/amortização		(2.716.481)	(2.595.192)
Despesa - renúncia fiscal	17	(22.995.128)	(22.167.267)
Receita - renúncia fiscal	17	22.995.128	22.167.267
Despesas gerais		(10.430.772)	(10.191.774)
Financeiras		712.788	533.902
Receitas financeiras		1.115.473	1.435.378
Despesas financeiras		(402.685)	(901.476)
Superávit do Exercício		750.104	9.900.707

convênios, do Sistema Único de Saúde - SUS e contratos de gestão com Secretaria Estadual e Prefeitura.

Descrição	2017	2016
Contas a receber do SUS	294.721	331.040
Contrato 038/2015 - SESP - Breves	9.134.474	6.968.446
Contrato 020/2013 - SESP - Taubaté	4.194.293	2.694.287
Contrato 028/2014 - SESP - Paragominas	6.546.840	7.370.009
Contrato 422/2014 - PM Ponta Grossa	4.479.509	4.350.000
Contrato 209/2014 - PM Araucária	8.683.177	8.993.815
Contrato 002/2016 - SESP - Jean Bitar	5.600.000	2.700.000
Contrato 003/2016 - SESP - UNACON	501.262	700.000
Contrato Hosp. de Caridade de Canela	-	74.200
Contas a receber convênios e particulares	396.272	329.764
Contas a Receber - PM Pedro Leopoldo	535.994	355.318
	40.366.542	35.766.879

6. Outros Créditos

Descrição	2017	2016
Créditos Contingência Sorriso	14.830.169	10.695.014
Créditos Contingência UPA	-	-
São Pedro da Aldeia	5.545.132	5.542.000
Outros Créditos	460.470	519.715
	20.835.771	16.756.729

Descrição	2017	2016
Contas a receber do SUS	294.721	331.040
Contrato 038/2015 - SESP - Breves	9.134.474	6.968.446
Contrato 020/2013 - SESP - Taubaté	4.194.293	2.694.287
Contrato 028/2014 - SESP - Paragominas	6.546.840	7.370.009
Contrato 422/2014 - PM Ponta Grossa	4.479.509	4.350.000
Contrato 209/2014 - PM Araucária	8.683.177	8.993.815